

## A LEITURA FEMININA SOB TUTELA NA IMPRENSA OITOCENTISTA

Andréa Correa Paraiso Müller<sup>1</sup>

**RESUMO:** No presente artigo, temos por objetivo refletir sobre a imagem de leitora transmitida pela *Revista Popular*, periódico brasileiro do século XIX (o trabalho se deterá em uma das seções do periódico, “Fragmentos de um livro”, assinada por um pseudônimo feminino), estabelecendo relações entre essa imagem e a maneira pela qual a crítica literária da época enxergava as mulheres leitoras, particularmente as leitoras de romances.

**PALAVRAS-CHAVE:** leitura; leitora; século XIX.

**RÉSUMÉ:** Dans cet article nous avons pour but de réfléchir sur l’image de lectrice transmise par la *Revista Popular*, un périodique brésilien du XIXe. siècle (nous analyserons l’une des rubriques de ce périodique, « Fragmentos de um livro », signée d’un pseudonyme féminin), tout en établissant une relation entre cette image et la manière dont la critique littéraire de l’époque envisageait les femmes lectrices, spécialement les lectrices de romans.

**MOTS-CLÉS:** lecture; lectrice; XIXe siècle.

No Brasil oitocentista, a atividade literária desenvolveu-se em estreita ligação com a imprensa. Os periódicos foram espaço de difusão da produção ficcional (brasileira ou traduzida) e nascedouro da crítica. Álvaro Simões Júnior emprega o termo “simbiose” para referir-se à relação entre jornalismo e literatura no século XIX brasileiro, ressaltando a incorporação de elementos literários à linguagem do jornal daquele tempo:

Em larga medida, os jornais e revistas eram literários, não apenas pela divulgação de textos de ficção (poemas, contos, romances seriados etc.) e de crítica literária (ensaios, resenhas, etc.) e pela própria condição de romancistas, poetas e dramaturgos conhecidos de boa parte dos redatores mais importantes, mas também, \_\_ e talvez principalmente, \_\_ pela simbiose entre jornalismo e literatura, que levou à incorporação de características “literárias” (retórica, citação de autores, imagens poéticas, etc.) aos gêneros especificamente jornalísticos (editoriais, artigos de fundo, reportagens, etc.) [...] (SIMÕES JR., 2006, p. 142).

Os estudiosos da literatura oitocentista encontram, pois, nos periódicos um rico arquivo para suas pesquisas. A imprensa é fonte, sobretudo, de elementos que as histórias literárias costumam deixar de lado, como a circulação de textos literários, o público-leitor e a variação dos critérios de avaliação artística. Tomar os jornais como fontes primárias para o estudo da literatura possibilita ao pesquisador ultrapassar o sentido convencional de história

---

<sup>1</sup> Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professora adjunta do Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR (UEPG) e docente do Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade da mesma instituição. E-mail para contato: [andrea.paraiso@uol.com.br](mailto:andrea.paraiso@uol.com.br).

da literatura como sequência cronológica de obras canônicas, para reconstituir o universo cultural em que se inseria a produção literária do passado.

No presente artigo, buscamos refletir sobre a imagem da mulher leitora veiculada por um periódico brasileiro de meados do século XIX, a *Revista Popular*, e relacionar essa imagem à maneira pela qual a crítica literária de então enxergava a leitora, particularmente a leitora de romances. O trabalho se deterá em uma das seções do referido periódico, uma coluna intitulada “Fragmentos de um livro”, que, nos tomos XII, XIII, XIV e XVI, foi assinada por Maria Amália, personagem criada para orientar e tutelar as mulheres em suas leituras literárias.

### ***A Revista Popular e a leitora oitocentista***

A *Revista Popular*, que circulou de 1859 a 1862, foi um dos empreendimentos do livreiro-editor francês estabelecido no Rio de Janeiro, Baptiste-Louis Garnier. A publicação, de circulação quinzenal, era, segundo Alexandra Santos Pinheiro, “um periódico eclético, que publica textos sobre Literatura, sobre Língua e sobre Crítica Literária, que conta com a colaboração de nomes importantes da época” (PINHEIRO, 2007, p. 13). Embora não fosse exclusivamente dedicada às mulheres, voltava-se também a esse público. Já na Introdução ao primeiro número, em 05 de janeiro de 1859, o redator esclarecia que nada lhes seria vedado na revista, mas que haveria um espaço especialmente dedicado a elas:

Agora duas palavras amáveis leitoras. [...] Não haverá pois na Revista Popular parte alguma que por qualquer princípio vos esteja vedada, formosas filhas de Eva; mas haverá uma privativamente vossa, pelo que ficareis melhor aquinhoadas. [...] Os trabalhos de agulha para as solteiras, a economia doméstica para as casadas, e as modas para todas — tido isto é do vosso exclusivo domínio e nós lhe reservamos um cantinho (*REVISTA POPULAR*, 1859, p. 4).

A revista era composta por diversas seções; no índice do primeiro tomo constam as seguintes: Agricultura, Comércio e Indústria, Contos e Narrativas, Crítica e Análises, Descrições, Economia Política, Emigração e Colonização, Esboços Biográficos, Higiene, Instrução e Educação, Geografia, Música, Física, Poesia, Romances, Variedades. Cada número trazia, ainda, gravuras com figurinos de moda desenhados na França.

Ora, diante de tal variedade de assuntos, dizer às leitoras que nada lhes era proibido na revista, mas que seu “cantinho” era o das modas e trabalhos domésticos é quase como afirmar que elas podiam ler sobre temas diversos, como política ou comércio, mas que esse universo não lhes pertencia, apesar de não lhes ser vedado. Ou seja, era-lhes permitido (pelos homens que editavam o periódico) espiar um terreno que não lhes era próprio, mas somente a moda e a vida doméstica eram do seu “exclusivo domínio”. Para Marcella dos Santos Abreu, a imagem da mulher dedicada à aparência e aos afazeres do lar que se delineia no discurso do primeiro número da *Revista Popular* é o “retrato da figura feminina do período” (ABREU, 2008, p. 24).

No entanto, parece que outras seções além das de moda e economia doméstica tinham a mulher como leitora esperada, e não eventual. Nos espaços reservados à literatura, diferentemente do que se possa imaginar pelo texto de apresentação do primeiro número, as referências à leitora são muitas. Havia uma preocupação recorrente de recomendar às mulheres leituras de cunho moralizante. Na seção “Crônicas da Quinzena”, Joaquim Manuel de Macedo, sob o pseudônimo “O Velho”, anunciou com entusiasmo o lançamento de uma tradução de *Educação das meninas*, de Fénelon, feita por Anna Euquéria Lopes Cadaval. A obra, cujo título original era *Traité sur l'éducation des filles*, fora escrita em 1687 com o propósito de informar as senhoras sobre como educar suas filhas. “O Velho” elogiou a tradutora por ter escolhido semelhante obra e explicou porque era tão importante que as futuras mães de família recebessem uma educação esmerada:

A obra de Fénelon é bem conhecida e apreciada, e eu não tenho senão que louvar a ideia generosa que presidiu a tradução. Da educação esmerada daquelas que hão de ser mães de família depende muito o futuro do país. Sem esse cuidado nunca haverá sociedade verdadeiramente moralizada. É digno de uma senhora o zelo generoso e nobre pelo seu sexo (*REVISTA POPULAR*, 1862, p. 126).

Em outra edição, o mesmo cronista recomendou às suas leitoras a tradução do romance *Por causa de um alfinete*, de J. T. de Saint-Germain, publicada no periódico *Museu Litterario*. O critério empregado por Macedo para avaliar a obra e recomendá-la às leitoras foi a moralidade. Por ser moral, tal romance poderia, na opinião do cronista, ser lido pelas mulheres, tanto as casadas quanto as solteiras:

É de regra que todo alfinete possa, pelo menos, arranhar, mas Saint-Germain descobriu um meio de criar um alfinete do qual a própria ponta é tão macia e suave como a pétala de uma rosa.

É um romance delicado, cheio de encanto e pureza, de sentimento e de moralidade.

As senhoras que apreciam tanto os alfinetes, e que os têm em tão grande cópia em seus toucadores, acharão neste que lhes oferece o *Museu Litterario* o mais precioso de quantos têm até agora encontrado.

É um alfinete que pode sem perigo entrar no toucador da senhora casada, da donzela e da menina, sem que, por mais voltas que lhes deem, nenhuma vez fira de leve tão delicadas criaturas (*REVISTA POPULAR*, 1862, p. 123).

Recomendar às mulheres leituras amenas e de caráter moralizante não era uma prática apenas dos colunistas da *Revista Popular*. Até meados do século XIX, a moral era um dos principais critérios de avaliação da produção literária, especialmente quando se tratava da prosa ficcional. Acreditava-se que a literatura era capaz de influenciar o comportamento dos leitores; por essa razão, textos que apresentavam atitudes consideradas reprováveis (como, por exemplo, adultérios) eram vistos como perigosos e, conseqüentemente, desaconselhados pelos que escreviam sobre literatura (MÜLLER, 2012; ABREU, 2003). Na França, havia até mesmo uma lei, de 1819, que previa punição a quem escrevesse e/ou publicasse obras consideradas imorais (LECLERC, 1991, p. 19). Ficaram conhecidos os casos dos processos judiciais sofridos por Flaubert e Baudelaire, acusados de imoralidade por suas obras *Madame Bovary* e *Flores do mal*, respectivamente (LECLERC, 1991).

Os críticos que escreviam sobre literatura nos periódicos de meados dos Oitocentos, tanto na Europa como no Brasil, tinham, pois, na moral, um dos principais parâmetros para avaliar textos. Recomendavam apenas aqueles que apresentassem o que eles pudessem considerar bons exemplos de conduta. A forma não era determinante, naquela época, no julgamento do valor de um texto literário, embora não fosse totalmente desconsiderada. Os críticos de meados do século XIX sustentavam que obras bem escritas que contivessem comportamentos entendidos por eles como imorais não ser consideradas boas ou recomendáveis, como se pode observar nesta afirmação do crítico francês Antonin Rondelet, retirada de um artigo publicado em 1863 na *Revue Contemporaine*: “Se elas [as obras] falam contra o dever, a beleza de sua forma não salva a imoralidade de sua concepção” (RONDELET, 1863, p. 531).

Havia uma especial preocupação com o que liam as mulheres. Tidas, naquela época, por mais influenciáveis do que os homens e mais voltadas à fantasia, despertavam a preocupação de religiosos e homens de letras, que pretendiam indicar o que elas deveriam ou

não ler. A leitura de romances, de modo particular, era vista como especialmente prejudicial às mulheres (ABREU, 2003, p. 279).

Por isso, eram tão comuns em periódicos oitocentistas artigos que recomendavam às mulheres obras moralizantes e reprovavam determinados romances, considerando-os capazes de influenciar as leitoras, levando-as a imitar as ações das personagens.

Na *Revista Popular*, a coluna assinada por Maria Amália, “Fragmentos de um livro”, buscou tutelar as leituras literárias do público feminino do periódico. Por trás do nome feminino estava, muito provavelmente, o crítico Nuno Alvares Pereira e Sousa, colaborador da revista assim como de outras publicações da época.

Os escritos da suposta moça apareceram pela primeira vez no tomo XII (out.-dez.1861), introduzidos pelo crítico, o que permite supor ser ele próprio o autor oculto sob pseudônimo. Nuno Alvares anunciou que iria entregar ao público páginas íntimas escritas por uma jovem de talento, que amava os estudos e a meditação:

Não sei se cometo uma indiscrição, atirando essas páginas íntimas de um coração de moça ao público, ou se melhor fizera, conservando-as comigo. Como seja, falou-me mais alto o desejo de vê-las apreciadas por juízos mais competentes do que o meu, do que o egoísmo de conservá-las eternamente entre os meus papéis.

Foram-me elas legadas há muito tempo por uma alma piedosa e terna a quem eu ameï com a pura devoção da amizade; recebi-as no momento doloroso de uma separação; hoje que também delas me separo para entregá-los ao público, previno que são as primícias de um jovem talento, as primeiras tentativas de uma menina para quem as horas mais doces e felizes da vida eram as que consagrava ao estudo e à meditação (*REVISTA POPULAR*, 1861, p. 271).

Após a apresentação, iniciou-se o texto assinado por Maria Amália, em que esta se queixava de que os homens não compreendiam as mulheres e só lhes falavam de modas e faziam galanteios. Afirmava ser infeliz apesar de todos a julgarem feliz pelo fato de ser rica e bela.

Os “Fragmentos de um livro” de Maria Amália voltaram a aparecer nos tomos XIII, XIV e três vezes no XVI. Os textos eram sempre destinados a uma educação moral e literária das mulheres, especialmente das moças. Em todos, a discussão sobre a conduta moral mesclava-se a referências literárias. A coluna parecia querer promover a formação da mulher e da leitora. No segundo texto do tomo XVI, Maria Amália voltava a queixar-se dos homens, que só falavam de banalidades com as moças, tomando-as por tolas. A articulista concluía que elas próprias eram, em grande medida, culpadas por tal julgamento, e que os romances

poderiam fazer parte dessa culpa. Segundo Maria Amália, as mulheres deveriam dedicar-se à boa instrução, aos livros que ensinassem como uma mulher devia ser, e não aos romances:

Em grande parte somos nós as culpadas do pouco apreço que indubitavelmente lhes merecemos. Além do estudo preliminar que nos habilita a fazer um rol ou a marcar algumas peças de roupa, além de algumas lições de piano e canto, mais nada, a nada mais nos aplicamos, salvo a uma ou outra tintura do francês, tão somente para compreendermos os romances de George Sand e Balzac.

Romances? E porque essas obras como a *Família*, de Janet e Dargot, a *Mulher no século XIX*, de madame Ronieu, a *Mulher católica*, do padre Ventura, porque esses livros, tão sublimes de belezas, tão cheios de sentimentos, escritos unicamente para mostrar-nos os verdadeiros dotes que deve possuir uma mulher, porque, repito ainda uma vez, dormem empoeirados nos livreiros, e só pululam os romances com suas cores fantásticas e mentirosas?

Eis aí a fonte do desprezo que nós merecemos dos homens; receosos da nossa nulidade em matérias de sentimento e instrução, atiram-se ao debatido campo do galanteio e das modas! (*REVISTA POPULAR*, 1862, p. 96-98).

O argumento era forte: as mulheres dedicavam-se a banalidades e, por isso, eram desprezadas pelos homens, que não lhes falavam senão de futilidades. Fica implícita a ideia de que os homens, estes sim, eram cultos e instruídos e, se abordavam apenas frivolidades com as moças, é porque estas se mostravam despreparadas para conversas mais consistentes. Era preciso que elas mudassem para que eles as tratassem de outra forma. A imagem que a articulista delineia das mulheres é de seres incultos, fúteis e ingênuos. A exceção seria ela própria, pronta a abrir os olhos de suas leitoras. A coluna de Maria Amália tinha a pretensão de ajudá-las a ser como deveriam ser. E a ler o que deveriam ler, como se pode observar também nos “Fragmentos de um livro” do tomo XIII, em que a poesia romântica de Lamartine foi exaltada pela articulista. Maria Amália recomendava às suas leitoras textos que incentivavam “a castidade e a pureza da alma”:

Acabei de ler neste momento um dos mais belos episódios da vida do meu poeta favorito. Chorei! e porque negá-lo, se ainda tenho os olhos banhados de pranto?

Confidências! É este o nome que deste às paginas intimas do teu coração, oh Lamartine! Poeta das crenças e do amor [...]

Impressionou-me novamente aquele poema de amor, tão singelo e casto. Melhor que *Paulo e Virginia*, ele traduz inteira a castidade e a pureza da alma (*REVISTA POPULAR*, 1862, p. 21-22).

Ela não admirava apenas o romantismo francês, mas também o brasileiro. Após tecer inúmeros elogios a Lamartine, apresentou um poema composto por ela mesma em homenagem a Casimiro de Abreu.

Naquele momento de consolidação de uma literatura nacional, em que se procurava exaltar a natureza e as paisagens brasileiras e valorizar a exploração dessa “cor local” nos textos aqui produzidos, Maria Amália contribuía ao ressaltar suas origens: “[...] fui educada no meio das matas seculares do meu país; é por isso que amo acima de tudo a natureza. Ainda me lembro d’aquelas veigas perfumosas dos meus sertões, daqueles rios caudalosos” (*REVISTA POPULAR*, 1862, p. 214).

No terceiro de seus textos publicados no tomo XVI, a jovem letrada elogiava o recém-lançado livro *As brasileiras célebres*, de Joaquim Norberto de Souza e Silva, que resumia as biografias de brasileiras de várias épocas, como Joana Angélica e Maria Dorotéia de Seixas. O comentário sobre uma obra recentemente publicada contradizia o que afirmara Nuno Alvares ao apresentar os textos de Maria Amália: os “fragmentos de um livro” lhe haviam sido entregues muito tempo antes. Reforça-se, então, a hipótese do pseudônimo. E o mais provável é que seja Nuno Alvares o autor das “páginas íntimas de um coração de moça”. O nome de Maria Amália, diferentemente do do crítico, não consta na lista de colunistas da *Revista Popular*, que era apresentada no tomo.

O uso de pseudônimos era comum no século XIX. José Leonardo do Nascimento (2008) acredita que eles ajudassem a esconder dos leitores o fato de que havia bem poucos articulistas na imprensa brasileira e que, portanto, a maior parte do que se publicava saía da pena dos mesmos autores. Todavia, no caso de Maria Amália, a razão parece ser outra. Se o objetivo era “educar” a mulher, controlar suas leituras, recomendar-lhe e desaconselhar-lhe livros e modos de comportamento, o mais convincente talvez fosse fazê-lo por meio de alguém do sexo feminino. Mais que um pseudônimo, Maria Amália era uma espécie de personagem construída para servir de exemplo às leitoras da *Revista Popular*; era a leitora adequada aos padrões que se buscava impor às mulheres.

### **O *Jornal das Famílias* e a continuação de uma imagem de leitora**

Em 1863, a *Revista Popular* deixou de ser editada e foi substituída pelo *Jornal das Famílias*, publicação que manteve as mesmas tendências educativas e moralizantes de sua antecessora e prometia, na carta de apresentação do primeiro número, ser “mais exclusivamente dedicada aos interesses domésticos das famílias brasileiras” (*JORNAL DAS*

*FAMÍLIAS*, 1863, p. 2-3). Incluía moda, dicas de economia doméstica e muitas narrativas ficcionais. O experiente editor Garnier parece ter percebido que o público feminino gerava lucratividade aos periódicos e decidiu ampliar-lhes o “cantinho” que anteriormente lhes dedicara:

Assim, pensando no aumento do número de leitoras, o empresário Garnier muda o foco do seu empreendimento. Do periódico eclético, destinado “a todos”, passa a investir em um jornal com seções restritas: narrativas, poesias, culinária, higiene e moda, voltadas para um público específico – as mulheres (PINHEIRO, 2007, p. 56).

Alguns colunistas da *Revista Popular* continuam seu trabalho no *Jornal das Famílias*. Na edição de dezembro de 1864, Maria Amália assinou a seção “Mosaico”. Depois disso, não surgiram outros artigos com seu nome no periódico. Em seu texto, a colunista se dizia desanimada e infeliz, chocada por cenas tristes que tinha visto: moças que se deixavam levar por paixões insensatas ou por fantasias de romance. Reprovava o que chamava de “romance moderno”, aí incluindo Balzac, Flaubert (mencionou *Madame Bovary*, mas não o autor), George Sand e Dumas:

O romance moderno, o romance dessa escola que se apraz em endeusar os vícios e em sustentar como peregrinas as teses mais absurdas, são flagelos que se lançam no seio da sociedade.

E de fato, qual o bom senso que não repugna esse realismo de *Madame Bovary*, essa febre de *Fernanda*, de Dumas; das *Cortesãs*, de Balzac; de Jacques e Valentina, de madame *Jorge Sand*?

Eu quisera que por uma vez se abolissem esses livros perigosos das mãos inexperientes, esses filtros daninhos que tanto corrompem a alma, como corrompem também o coração (*JORNAL DAS FAMÍLIAS*, 1864, p. 359).

A articulista condenava os romances mencionados por serem, a seu ver, realistas, mas não deixava claro o que considerava realismo. Ao que tudo indica, sua concepção de realismo era semelhante à de uma larga parcela da crítica francesa de então, que reunia sob esse rótulo uma variada gama de obras e autores e associava realismo e imoralidade (LECLERC, 1991, p. 50). Os romances a que ela se referiu tinham em comum apresentar cortesãs como protagonistas ou narrar situações que remetessem ao adultério. *Valentina*, de George Sand, fora publicado em 1832 e narrava a história de uma jovem forçada a casar-se com um homem de caráter duvidoso, que a abandonou depois de roubar sua fortuna. A moça foi viver na fazenda de uma parente, onde recebeu a visita de um antigo namorado a quem nunca deixara de amar. Este acabou assassinado por engano, levando a protagonista a morrer de desespero.



*Jacques*, também de George Sand, é um romance epistolar de 1834. A esposa de Jacques, bem mais jovem que ele, apaixonara-se por um amigo do casal; o marido afastou-se para que sua mulher pudesse ficar ao lado do amado. Já *Fernanda*, de Alexandre Dumas pai, é de 1844 e tem como personagem-título uma jovem de origem nobre que se tornou prostituta após perder os pais e ser violentada pelo padrasto. Ela amava Maurice, que, mesmo casado, correspondia aos seus sentimentos.

Quanto ao romance de Balzac a que Maria Amália se referiu, trata-se, provavelmente, de *Esplendores e misérias das cortesãs*, publicado em 1847. A narrativa retoma personagens e história das *Ilusões perdidas*. A cortesã Esther Gobsek, amante do protagonista Lucien de Rubempré, fora constrangida pelo vilão Vautrin a seduzir o barão de Nucingen para extorqui-lo.

Com exceção de Flaubert, os romancistas mencionados por Maria Amália como sendo “flagelos” lançados à sociedade estavam entre os grandes best-sellers do período em várias partes do mundo (MOLLIER, 2008). Eram bastante conhecidos do público brasileiro, figurando entre os mais anunciados na imprensa da época (MÜLLER, 2012); compunham parte do horizonte de expectativas brasileiro de meados do século XIX. Do ponto de vista formal, *Madame Bovary* é bastante diferente dos outros romances mencionados, mas Maria Amália parecia não se dar conta disso. O critério que fez com que ela os agrupasse foi seguramente a moral. A articulista via todos esses romances como um perigo para a sociedade, como venenos (“filtros daninhos”) que podiam corromper a alma e deviam ser afastados das “mãos inexperientes”. Trata-se de raciocínio semelhante ao dos antigos detratores da prosa ficcional. Tal pensamento manifestava a mesma crença comum desde pelo menos o século XVIII, segundo a qual a literatura, sobretudo o romance, era capaz de influenciar e corromper e que, por isso, era necessário tomar cuidado com o que liam as “almas incautas”, as “mãos inexperientes”. A posição de Maria Amália chega a lembrar o argumento de Ernest Pinard, procurador francês que acusou Flaubert de imoralidade por *Madame Bovary*:

As páginas levianas de *Madame Bovary* caem em mãos mais levianas, nas mãos de moças, algumas vezes de mulheres casadas. Pois bem! Quando a imaginação tiver sido seduzida, quando essa sedução tiver descido até o coração, quando o coração tiver falado aos sentidos, pensais que um raciocínio frio terá suficiente força contra essa sedução dos sentidos e do sentimento? (PINARD in FLAUBERT, 2001, p. 389).

Mas nem todos os romances eram perigosos na opinião da articulista. Maria Amália gostaria de ver em nossas bibliotecas, no lugar de Flaubert, Balzac, Sand e Dumas, as obras que ela considerava os verdadeiros “primores da literatura estrangeira”: “Porque não hão de vir os romances como os de mistress Beecher Stow, miss Cumming, mademoiselle Frederica Bremer e tantos outros primores da literatura estrangeira enriquecerem as nossas bibliotecas?” (*JORNAL DAS FAMILIAS*, 1864, p. 359). Harriet Beecher Stowe é a autora de *A cabana do pai Tomás*, romance norte-americano de viés antiescravagista, lançado em 1852, que obteve imenso sucesso em vários países do mundo. Miss Cumming foi outra escritora norte-americana do mesmo período, cuja produção mais conhecida é *O acendedor de lampiões*, história de uma garotinha órfã educada por um pobre jornalista. A obra, repleta de elementos romanescos, alcançou grande sucesso de vendas e ganhou renome como romance edificante. A última das escritoras citadas por Maria Amália, a sueca Frederica Bremer, hoje pouco conhecida, escreveu romances de sucesso na primeira metade do século XIX, populares sobretudo na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Seu mais conhecido romance é *Os vizinhos*, uma espécie de “parábola do filho pródigo” sueca: Bruno, o protagonista, abandonara a família e o país para viver uma vida desregrada, mas voltou arrependido.

As autoras que Maria Amália desejava ver em nossas bibliotecas, com exceção de Harriet Beecher Stowe, realmente não eram muito conhecidas por aqui, a considerar pela ausência quase total de suas obras nos anúncios de livrarias e comentários críticos na imprensa brasileira do período (MÜLLER, 2012; MÜLLER, 2014). Em comum, elas tinham as narrativas edificantes e os exemplos de virtude de suas personagens. Para tristeza da articulista do *Jornal das Famílias*, os “romances perigosos” de George Sand, Dumas e Balzac eram infinitamente mais populares no Brasil do que os “primores da literatura estrangeira”.

Para ilustrar o mal que os chamados romances modernos podiam causar, a colunista relatou a história de uma moça que, iludida com suas leituras, deixara-se enganar pelo namorado, que acabou por roubar-lhe a fortuna. Fica claro, pois, que as tais “mãos inexperientes” eram, particularmente, as das mulheres. Mas como é que a própria Maria Amália, sendo mulher e tão cônica da moral, havia lido tantos livros condenáveis? Ela mesma apressou-se em explicar a contradição, afirmando que, embora tivesse lido muitos romances, fora sempre orientada pelo pai, que a ensinara a distinguir o bom do mau e a perceber, sob um belo estilo, um “principio errôneo e desmoralizador”.

A ideia segundo a qual as mulheres (e também os jovens) eram leitoras ingênuas e pouco perspicazes que necessitavam ter suas leituras orientadas por pessoas mais experientes, de preferência homens (pais, maridos e tutores) era corrente em meados dos Oitocentos e em períodos anteriores. Em artigo publicado postumamente no jornal *Correio Mercantil*, o frei pernambucano Miguel do Sacramento Lopes Gama, ferrenho detrator do gênero romanesco, recomendava que pais, maridos e tutores supervisionassem as leituras de mulheres e jovens:

Os romances são a leitura universal e têm-se tornado uma mania. [...] Já que não é possível, pois, acabar com essa peste [o romance], ao menos vós pais, vós maridos e vós tutores [...] não consentais que os que a vós estão subordinados leiam sem prévio exame esses escritos insidiosos (GAMA, 1859, p. 2).

Segundo tais concepções, as mulheres eram leitoras despreparadas e incapazes de discernimento, necessitando sempre de tutela em suas leituras. Pais e maridos deviam controlar e tutelar as leituras de suas filhas e esposas. Determinados periódicos pareciam também querer exercer esse papel. Maria Amália procurava tutelar as incursões de suas leitoras pelo mundo dos livros, aconselhando-lhes certas obras e desaconselhando outras.

A articulista chegou a indicar às suas leitoras um livro que supostamente as ajudaria a diferenciar os bons dos maus romances: *Du roman et du théâtre contemporains et de leur influence sur les mœurs*, de Eugène Poitou (1857). A obra havia vencido um concurso promovido pela Academia de Ciências Morais e Políticas da França em 1856. O autor, juiz na cidade francesa de Angers, propunha-se a ocupar-se dos romances e peças de teatro surgidos na França entre 1830 e 1855, produções que, para ele, eram corruptoras dos costumes. No entender de Poitou, a literatura de seu tempo, em particular a obra de George Sand, Balzac, Victor Hugo, Eugène Sue e Alexandre Dumas, era nociva à religião, ao casamento e à família. Tópicos do Romantismo como o casamento por amor eram rejeitadas por Poitou, que as via como afrontas à ordem social estabelecida. Para o magistrado, George Sand era, entre os escritores que ele reprovava, uma das mais nefastas influências, pois pregava a emancipação feminina. Para ele, tal literatura era como “um veneno habilmente misturado a uma bebida agradável, com o qual embriaga-se sem desconfiança” (POITOU, 1857, p. 110, tradução nossa). Na concepção de Poitou, os romances que ele considerava imorais poderiam levar a mulheres a questionarem seu lugar na família, o que poderia gerar transformações sociais.

Embora não tenha feito maiores comentários sobre o livro de Poitou, é possível identificar estreitas semelhanças entre as ideias de Maria Amália e as do magistrado francês.

Detectar fundamentos enganadores e imorais nos romances era o principal objetivo a que se propunha o juiz, propósito explicitado já na Introdução de seu livro (POITOU, 1857, p. 12). Será que fora mesmo com o pai que Maria Amália aprendera a distinguir os preceitos tortuosos ocultos na prosa romanesca? Levando em conta que se tratava de uma personagem criada para guiar as leitoras da *Revista Popular* e do *Jornal das Famílias*, é bastante plausível supor que o articulista que se oculta sob o nome feminino tenha lido o livro de Poitou.

As romancistas que a autora elogiou – Frederica Bremer, Beecher Stowe e Miss Cumming – também foram elogiadas e recomendadas por Poitou (POITOU, 1857, p. 322). E os autores condenados por Maria Amália, com exceção de Flaubert, foram os mesmos reprovados pelo juiz e crítico francês, que, inclusive, comentou as mesmas obras. Maria Amália empregava, pois, os mesmos critérios de apreciação de romances expostos em *Du roman et du théâtre contemporains*, obra que ela recomendava a suas leitoras. O livro de Poitou provavelmente circulou no Brasil, já que foi lido por pelo menos dois críticos brasileiros de meados dos Oitocentos: Maria Amália e Aureliano Tavares Bastos, que apresentou trechos traduzidos da obra na *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, de 1861 (apud CASTELLO, 1963). Pode ser que esses críticos tenham adquirido a obra durante possíveis viagens à Europa, uma vez que não a encontramos em anúncios ou catálogos de livrarias do período. De qualquer forma, as ideias conservadoras do magistrado de Angers encontravam-se divulgadas aos leitores brasileiros pelo prisma dos dois literatos que as leram e adotaram. Evidentemente, o contexto em que Poitou escreveu seu livro era bastante distinto do de seus dois divulgadores brasileiros, e a configuração política da França de 1856 tem nítida influência sobre o julgamento do crítico sobre o romance de seu tempo. Mas tanto Maria Amália quanto Tavares Bastos pareciam sintonizados com o pensamento do magistrado sobre a família, a mulher e a organização da sociedade. Maria Amália, especialmente, revelou um ponto de vista bastante conservador sobre esses assuntos. E nem é necessário ressaltar que os dois críticos estavam absolutamente convictos, assim como Poitou e a maioria dos críticos da época, do poder da literatura, particularmente do romance, de influenciar as ideias e o comportamento dos leitores.

A articulista encerrou a coluna exaltando *Paulo e Virgínia*, de Bernardin de Saint-Pierre:

Por que motivo a historia tão singela de Paulo e Virginia arranca mais de um suspiro e mais de um lagrima do coração? Não será que a fé, o amor e a crença

vivem e palpitam naquelas páginas banhadas de poesia, mas de uma poesia casta e singela, que não perturba os sentidos e nem faz o sangue borbulhar ardentemente nas veias?

Felizes todos os romancistas se seguissem a escola romântica do mimoso autor dos *Quadros da natureza* (*JORNAL DAS FAMÍLIAS*, 1864, p. 322).

Maria Amália exaltou o romance de Saint-Pierre pela moralidade, castidade e singeleza, virtudes que ela associava à escola romântica, enquanto o realismo estaria, para ela, ligado às paixões enganadoras, aos romances que faziam “o sangue borbulhar ardentemente nas veias”. *Paulo e Virgínia*, publicado em 1788, fez imenso sucesso e foi traduzido para diversas línguas. Bastante elogiado pela crítica brasileira, era visto como romance moral e frequentemente recomendado às moças. O cônego Fernandes Pinheiro arrolou-o, em seu *Curso Elementar de Literatura Nacional* (obra composta para ser utilizada nas disciplinas que ele ministrava no então prestigioso Colégio Pedro II), entre os exemplares da prosa ficcional francesa que, na opinião do cônego, traziam benefícios aos leitores (PINHEIRO, 1862, p. 470). Em sua segunda história literária, *Resumo de História Literária*, de 1872, Fernandes Pinheiro recomendou novamente *Paulo e Virgínia*, ressaltando que esse romance expressava “suavidade de sentimentos e pureza moral” (PINHEIRO, 1872, p. 207).

Maria Amália permanecia, pois, em suas recomendações de leitura, fiel ao que a crítica considerava moral e adequado.

### **Considerações finais**

Maria Arisnete de Moraes, em estudo sobre as leituras femininas no século XIX, lembra que a leitura poderia tornar-se arma para as mulheres; por isso era considerada tão perigosa: “Oferecendo-se a uma leitura plural, o texto torna-se uma arma perigosa nas mãos das incautas leitoras que necessitam, portanto, de uma interpretação de profissionais socialmente autorizados” (MORAIS, 1996, p. 69). Por meio da personagem Maria Amália e de outros textos críticos que se dirigiam às mulheres, os periódicos se colocavam no papel desses “profissionais socialmente autorizados” e procuravam controlar as incursões de seu público feminino pelas leituras literárias.

Jann Matlock observa que o acesso das mulheres à leitura, particularmente aos romances, foi objeto de discussão, no século XIX, não apenas de críticos literários, mas também de censores e médicos:

O acesso das mulheres à literatura, e sobretudo aos romances-folhetins e aos textos romanescos havia sido frequentemente discutido [...] e o território imaginário feminino submetido à investigação dos críticos, censores e médicos. O crescimento da alfabetização de mulheres (e o poder que elas tiravam disso) as transformava em objetos de estudo (MATLOCK, 1992, p. 4).

Embora Matlock se refira mais especificamente ao contexto europeu, é possível notar também no Brasil oitocentista esse receio em relação às leituras femininas. E a figura de Maria Amália é exemplo disso.

Tanto em sua única colaboração no *Jornal das Famílias* como em seus vários artigos na *Revista Popular*, Maria Amália demonstra o propósito de guiar suas leitoras e de adequá-las ao que se esperava da mulher leitora em meados do século XIX: que lesse, não para rebelar-se, mas para melhor preparar-se para suas tarefas de mãe e esposa. Por isso, elas não deveriam ler romances que fizessem “o sangue borbulhar ardentemente nas veias”.

Ao mesmo tempo em que, para conquistar a confiança das leitoras, apresenta-se a elas como uma igual, quer impor-se como modelo a ser seguido, uma espécie de modelo de conduta no terreno da leitura. Certamente, os periódicos que veicularam os textos consideravam mais eficiente apresentar às leitoras uma mulher a ser imitada em suas escolhas literárias do que simplesmente um homem a dar conselhos ao público do sexo oposto. No entanto, as palavras de Maria Amália nada mais eram do que recomendações masculinas a um público que poderia ter na leitura uma arma emancipatória.

Embora a *Revista Popular* e o *Jornal das Famílias* quisessem contar com as mulheres entre seus leitores, a imagem de leitora que se depreende dos artigos assinados por Maria Amália ainda é a da mulher ingênua que não pode escolher livremente suas leituras e precisa ser tutelada no terreno das letras. Se havia romances que pregavam a emancipação feminina nas relações sociais e matrimoniais, a emancipação da leitora ainda não ocorrera.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcella dos Santos. *Moda, teatro e nacionalismo nas crônicas da Revista Popular (1859-1862)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas-SP, 2008.
- ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

- BASTOS, Aureliano Candido Tavares. Anarquia moral. *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano* apud CASTELLO, José Aderaldo. *Textos que interessam à história do Romantismo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1963.
- GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. Os maos livros. *O carapuceiro*. Edição fac-similar. Estudo introdutório de Luís do Nascimento; prefácio de Leonardo Dantas Silva. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.
- JORNAL DAS FAMÍLIAS. Rio de Janeiro, dez/1864. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-familias/339776>. Acesso em: 02 mar. 2015.
- LECLERC, Yvan. *Crimes écrits*. La littérature en procès au XIXe. siècle. Paris: Plon, 1991.
- MATLOCK, Jann. Lire dangereusement *Les mémoires du diable* et ceux de Madame Lafarge. *Romantisme*, Paris, v. 22, n. 76, p. 3-21, 1992.
- MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo*. Trad. Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MORAIS, Maria Arisnete de. *Leituras femininas no século XIX (1850-1900)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas-SP, 1996.
- MÜLLER, Andréa Correa Paraiso. *De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas-SP, 2012.
- MÜLLER, Andréa Correa Paraiso. Imprensa e leitura de romances no Brasil oitocentista. *Gavagai – Revista Interdisciplinar de Humanidades*. Erechim-RS, n. 1, v. 1, 2014, p. 27-35.
- NASCIMENTO, José Leonardo do. *O Primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX*. Estética e história. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- PINARD, Ernest. Requisitório. In: FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary. Costumes de Província*. Trad. Fúlvia Moretto. São Paulo, Nova Alexandria, 2001, p. 367-384.
- PINHEIRO, Alexandra Santos. *Para além da amenidade. O Jornal das Famílias (1863-1878) e sua rede de produção*. 2007. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas-SP, 2007.
- PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Curso elementar de Litteratura nacional*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862.
- PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Resumo de Historia Litteraria*. Tomo I. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872.
- POITOU, Éugène. *Du roman et du théâtre contemporains et de leur influence sur les moeurs*. Paris: Auguste Durand Libraire Éditeur; Angers: Cosnier et Laghèse, 1857. Disponível em: <http://books.google.fr>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- REVISTA POPULAR (1859-1862). Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-popular/181773>. Acesso em: 23 fev. 2015.
- RONDELET, Antonin. De la moralité en littérature et en art. *Revue contemporaine*, Paris, t. 32, v. 67, 1863. Disponível em: <http://books.google.fr>. Acesso em: 30 jan. 2015.
- SIMÕES Jr., Álvaro Santos. Da literatura ao jornalismo: periódicos do século XIX. *Patrimônio e memória*. Assis-SP, n. 2, v. 2, 2006, p. 126-145.

**Artigo enviado em março de 2015.**  
**Artigo aceito em abril de 2015.**